

Revista de cultura trasmontana e duriense



Revista *Tellus*
Câmara Municipal de Vila Real

Director: A. M. Feres Cabral
Periodicidade: bi-anual
Distribuição gratuita

Tellus
75

**TELLUS – Revista de cultura trasmontana
e duriense**

Proprietário e Editor

Município de Vila Real
Av. Carvalho Araújo, 5000-657 Vila Real
NIPC: 506359670

Director

A. M. Pires Cabral

Sede da Redacção

Grémio Literário Vila-Realense,
R. Madame Brouillard, 5000-573 Vila Real
gremio@cm-vilareal.pt

Periodicidade bi-anual

Tellus, n.º 75

Vila Real, Dezembro de 2021
Tiragem: 300 exemplares
ISSN: 0872 - 4830
Gráfica: Nicola Papa S.A.G., Lda.
Rotunda Zona Industrial, Lote 19 – Cocanha
5400-570 CHAVES

Anotada na ERC

Colaboradores neste número

A. M. Pires Cabral, Ângelo Sequeira, António
Adérito Alves Conde, Manuel Cardoso, Norberto
Veiga, Sebastião Bravo

Estatuto Editorial

Tellus é uma revista bi-anual dedicada ao estudo, promoção e divulgação da cultura trasmontana e alto-duriense, em todas as suas vertentes.

Tellus rege-se por uma total independência perante interesses económicos, políticos ou religiosos.

Tellus respeita os princípios deontológicos e a ética profissional dos jornalistas, assim como a boa-fé dos leitores, em observância do disposto no Art.º 17.º da Lei de Imprensa.

Tellus não se obriga a publicar quaisquer originais não solicitados.

Tellus autoriza a transcrição, no todo ou em parte, do material contido neste número, desde que citada a origem.

Sumário

• E vão 75	5
• Glossário ameno trasmontano (de humor e amor à caça) – 5 <i>Ângelo Sequeira</i>	7
• A Casa das Quartas – uma casa senhorial em Abambres (Vila Real) <i>António Adérito Alves Conde</i>	12
• Engenheiro Camilo de Mendonça <i>Manuel Cardoso</i>	48
• A essência humana em <i>Feliciano</i> , de A. M. Pires Cabral <i>Norberto Veiga</i>	58
• Cartas da Bila (9) <i>Sebastião Bravo</i>	78
• Quintal Literário <i>A. M. Pires Cabral</i>	89
• Registo	91

Registo

Carlos d'Abreu,
João da Chela – escritor angolano e do Douro transmontano,
s/l, Caraba Ibérica, 2021, pp. 164

Com um esclarecido prefácio de José Luís Lima Garcia, publicou Carlos d'Abreu o resultado da sua investigação sobre a obra dum escritor hoje esquecido, Manuel Jesus Pinto (1896-1968), nascido na freguesia transmontana e duriense da Lousa e falecido na cidade angolana do Lubango, para onde foi no final de 1924 e de onde apenas regressou para umas rápidas férias no Verão de 1960.

Teve este homem o destino dos colonos pobres que demandavam na época as colónias africanas, dedicando-se ao pequeno comércio e à contabilidade. Vida monótona, idêntica a de tantos outros, sem a distinção da novidade, estriada até de suspeições que hoje nos repugnam, não fosse o facto de se consagrar à escrita, publicando livros e dando colaboração a jornais locais como o *Jornal de Benguela* e o *Jornal de Huíla*, onde surgiu em 1949 o nome João da Chela. A Chela é um maciço rochoso que separa no Sul de Angola o planalto da Huíla da zona costeira com a ponta norte do deserto do Namibe no meio. Trata-se de uma cadeia montanhosa com cristas de mais de 2000 metros e que impressiona pela sua imponência.

Além da obra jornalística, feita de crónicas e pequenos apontamentos de reportagem, Manuel Jesus Pinto deixou poesia e romance, este com certeza o lugar mais significativo da sua obra. Como narrador estreou-se com uma novela que ele próprio classificou de “novela africana”, *O Convite* (1936), que se inspira em relatos autênticos sobre a expedição de Alves Roçadas no Sul de Angola nos tempos da primeira Grande Guerra, quando a região sofreu ameaças de ocupação tudesca. Prosseguiu em 1940 com *África Redentora*, que tem o subtítulo de *Romance colonial português* e cujo enredo parece retomar a ideia estruturante de Eça sobre África, e concluiu com *Caminho eterno* (1967), um romance feito com as evocações de infância e de adolescência, que tem por desfecho a partida para

Angola, encarada como o lugar eterno por excelência e que foi o único que ele assinou com o nome de João da Chela.

Estas narrativas têm a particularidade de nos dar a conhecer os escaninhos duma forma de escrita hoje esquecida e que na época foi muito fomentada, a literatura colonial. Embora as suas raízes remontassem ao ultimato inglês de 1890, às campanhas africanas que de imediato lhe sucederam e ao regime saído do 5 de Outubro de 1910, o seu edifício foi muito alargado e consolidado no tempo da ditadura salazarista. Centrava-se na ideia da inferioridade do homem negro, inferioridade cultural e biológica, e na necessidade de legitimar em nome da civilização a missão dominadora do homem branco junto dele.

Literatura direccionada, sustentando a ocupação da África pelo homem europeu, ela não foi apenas característica portuguesa. A Europa que admitiu a colonização e fez desta um sistema brutal de exploração dos autóctones, a Europa que sentada à mesa retalhou e repartiu entre si a África como se se tratasse de algo seu, nunca deixou de promover e exaltar este tipo de literatura, que se prestava menos à arte do que à propaganda.

Quer o colonialismo quer uma literatura assim ideologizada nos repugnam hoje – o primeiro porque deixou na nossa história crimes de sangue que nos envergonham e a segunda porque mostra uma arte servil, sem individualidade e sem altivez, manietada e subjugada pelo poder e os seus interesses.

Como quer que seja, estes colonos que demandavam a África à procura de enriquecer, que se formaram na mentalidade africanista republicana ou não do final do séc. XIX e que viram na África aquilo que as gerações anteriores haviam visto no Brasil, uma ocasião fácil e rápida onde podiam forrar riqueza à custa de trabalho e traficância, tiveram por vezes rasgos humanos que merecem atenção, como este Manuel Jesus Pinto, que angolanizou o nome e a alma e foi capaz de dar o verbo e os ossos à terra para onde foi aos 28 anos e onde viveu quase sem interrupção 44 anos.

É porventura por isso que uma parte da literatura colonial, a menos comprometida em termos apologéticos, a mais sentida e vivida, pode ser vista como um antecedente das literaturas africanas actuais. No caso das literaturas africanas em língua portuguesa, estas parecem ter duas raízes distintas – a literatura de combate que deu expressão à revolta contra o colonialismo português, deixando obras tão significativas como a de Luandino Vieira, e a literatura africanista, que sendo ainda colonial manifesta já uma adesão genuína à terra africana.

Em Angola, Tomás Vieira da Cruz (1900-1960), o autor de *Kissange, saudade negra* (1932), é talvez o modelo superior deste tipo intervalar de literatura que seria uma injustiça deixar esquecida. Uma parte do romance de Manuel Jesus Pinto, a mais angolanamente escrita, situa-se neste mesmo patamar.

O trabalho de Carlos d'Abreu em torno deste autor foi exaustivo. Tratando-se dum autor pouco mais do que esquecido, é fácil perceber o grau de dificuldade que isto representa. É verdade que antes deste livro já o seu autor se dedicara a esta literatura através de investigações parcelares, que remontam a 2004 e encontraram agora neste livro o seu remate feliz de convergência.

Atendendo ao que ele diz no exórdio do livro, não foram os estudos de literatura africana que colocaram o jovem investigador que Carlos d'Abreu era em 2004 na rota dum escritor como João da Chela. Quem o motivou foi o loiseiro, o Manuel Jesus Pinto nascido na freguesia transmontana e duriense da Lousa, à qual Carlos d'Abreu está ligado por laços de vizinhança e até, creio, familiares.

Com a investigação exaustiva que fez, com o livro que agora deu a público, ele pretendeu dizer à terra natal de Manuel Jesus Pinto que tem um escritor e passa a ter obrigações para com ele – isto embora o miolo mais vivo da obra desse escritor esteja em Angola e não pertença já a Manuel Jesus Pinto mas a João da Chela.

A. Cândido Franco